

PARECER ÀS EMENDAS DE PLLENÁRIO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 128, DE 2022 PELAS COMISSÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 128, DE 2022

Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional – Funpen, para definir o percentual mínimo de aplicação na capacitação continuada dos servidores do Sistema Penitenciário e dos policiais penais

Autor: Deputado MARCOS PEREIRA

Relator: Deputado ALUISIO MENDES

I – VOTO

Durante a apreciação em Plenário, foi apresentada a **Emenda nº 1**, que requer manifestação de mérito e de admissibilidade por parte das comissões designadas.

No que concerne à **Comissão de Finanças e Tributação (CFT)**, verificamos que a Emenda nº 1 não implica aumento de despesa obrigatória de caráter continuado, nem diminuição de receita, observando-se o disposto no art. 54, parágrafo único, do RICD. Ademais, não possui vício quanto à utilização de recursos do FUNPEN para pagamento de pessoal, vedada pelo art. 167, X, da Constituição Federal. Dessa forma, manifestamo-nos pela **compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Emenda nº 1, na forma da Subemenda Substitutiva apresentada.**

No âmbito da **Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)**, compete analisar a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição. A Emenda nº 1 mostra-se formal e materialmente constitucional, respeita os princípios gerais do Direito e está de acordo com as regras de elaboração legislativa. Portanto, no mérito, somos também pela **aprovação da Emenda nº 1, na forma da Subemenda Substitutiva anexa.**

Por fim, no âmbito da **Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)**, entendemos que a emenda contribui para o



aprimoramento do texto, assegurando a destinação dos recursos do FUNPEN à finalidade de capacitação continuada dos servidores do sistema penitenciário e dos policiais penais, em consonância com o interesse da política pública setorial.

Optou-se por não vincular percentual específico dos recursos do FUNPEN à capacitação, em respeito ao **princípio da legalidade orçamentária** e ao **princípio da eficiência administrativa** previstos na Constituição Federal. A ausência de indexação percentual ao fundo visa assegurar a necessária discricionariedade administrativa na alocação dos recursos públicos, permitindo que a gestão orçamentária observe o critério da conveniência e oportunidade diante das demandas concretas da política de segurança pública.

Assim, evita-se o engessamento normativo do respectivo fundo e preserva-se a flexibilidade indispensável à Administração Pública para adequar a execução das despesas às necessidades variáveis do sistema penitenciário, em consonância com o interesse público quanto à vedação de comprometer de forma absoluta a destinação de fundos públicos. Assim, somos pela **aprovação da Emenda nº 1, na forma da Subemenda Substitutiva anexa.**

Ante o exposto, votamos, no âmbito da Comissão e Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, **pela aprovação da emenda nº 1 na forma da subemenda substitutiva em anexo**, no âmbito das Comissão de Finanças e Tributação pela **compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Emenda nº 1 e da subemenda apresentada e pela** Comissão de Constituição e Justiça pela, **pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da emenda nº 01, nos termos da subemenda substitutiva apresentada.**

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 2025.

Deputado **ALUISIO MENDES**

Relator



SUBEMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 128, DE 2022

Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que institui o Fundo Penitenciário Nacional – Funpen, para destinar recursos à capacitação continuada dos servidores do Sistema Penitenciário e dos policiais penais..

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional – Funpen, para definir a aplicação dos recursos na capacitação continuada dos servidores do Sistema Penitenciário e dos policiais penais.

Art. 2º O art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional – Funpen, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

.....

III - formação, aperfeiçoamento, especialização e capacitação continuada dos servidores do Sistema Penitenciário e dos policiais penais;

.....

§ 8º É obrigatória a destinação de recursos do Funpen às atividades previstas no inciso III deste artigo, em valor definido na lei orçamentária, assegurada a atualização continuada em função



de necessidades decorrentes de alterações normativas ou inovações tecnológicas.

§ 9º As atividades previstas no inciso III serão conduzidas, preferencialmente, por instituições públicas, sendo admitida sua execução mediante convênios, parcerias ou acordos de cooperação com instituições de ensino. (NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 2025.

Deputado **ALUISIO MENDES**

Relator

